



DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Tributação do Consumo: Direito Comparado

2021.1

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Profissional

Professor Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha
Professor Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira

EMENTA

A disciplina tem o objetivo de discutir a tributação do consumo hoje vigente no Brasil, contextualizando as dificuldades práticas enfrentadas junto aos desenvolvimentos internacionais sobre a questão.

METODOLOGIA

Para cada aula, existe um tema a ser estudado, compreendido a partir da sua respectiva ementa, da bibliografia obrigatória, bem como da bibliografia complementar. A preparação para cada aula incluirá, no mínimo, a leitura da bibliografia obrigatória. As aulas serão desenvolvidas em torno de dinâmicas e seminários, dos quais os alunos deverão participar ativamente. Os textos da bibliografia serão debatidos no âmbito das dinâmicas e seminários, sob a coordenação e orientação dos Professores.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados com base em dois critérios: (i) trabalhos semanais de preparação e efetiva participação nos seminários; e (ii) artigo a ser apresentado ao final do curso. A média mínima para aprovação será 7,00, sendo composta por duas notas, com os seguintes pesos: seminários: 50%; e artigo: 50%. O aluno que não atingir a média mínima exigida será considerado reprovado. Não serão efetuadas avaliações suplementares ou de recuperação.

- **Seminários:**

Cada aluno deve ler a bibliografia obrigatória de cada aula e formular duas perguntas teóricas ou práticas para discussão em sala, ressaltando: (i) os principais dilemas de tributação envolvidos, (ii) estruturas alternativas, (iii) soluções para os problemas tributários e (iv) recomendações de política fiscal. As perguntas devem ser discutidas pelo próprio aluno em resumo de até uma página por questão, a ser entregue por e-mail até a última segunda-feira anterior à aula.

Para cada aula, será eleito um “relator” responsável pelo seminário. O relator será responsável por organizar as perguntas e resumos entregues pelos demais de modo a promover a discussão. O relator deverá circular uma planilha com a organização das perguntas até o meio-dia da quinta-feira anterior à aula.

- **Artigo:**

Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar um artigo relacionado a algum dos temas tratados na disciplina. O texto deverá seguir as especificações de artigos submetidos à Revista Direito Tributário Internacional Atual, do IBDT. O trabalho deverá ser enviado até às 23h59 do dia 18 de dezembro de 2020 para paulo.vieiradarocha@vrbf.com.br e para rcodorniz@gmail.com. O e-mail deve conter o seguinte assunto: “Artigo mestrado IBDT”.

PROGRAMA

AULA 1	TEMA DA AULA: Introdução ao Curso	12.03.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução do curso (sistemática dos seminários, avaliação etc) • Discussões prévias relativas às bases conceituais da tributação sobre o consumo. • Discussões sobre a metodologia do Direito Comparado. 	
Metodologia	Aula Expositiva e Participativa	
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - CNOSEN, Sijbren. A VAT Primer for Lawyers, Economists, and Accountants. Amsterdam: Tax Analysts, 2011, pp. 23-51. - GALENDI JR., Ricardo André. A consideração econômica no direito tributário. São Paulo: IBDT, 2020, pp. 37-54. 	
Leitura complementar	-	
AULA 2	TEMA DA AULA: BASES CONCEITUAIS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O	26.03.2021

	CONSUMO	
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativas de delimitação da tributação sobre o consumo. • Discussão sobre os modelos de tributos incidentes sobre o consumo, princípios da origem vs. destino. • O princípio da não cumulatividade, as diferentes abordagens relativas à tomada de créditos. • aspectos micro e macroeconômicos relativos à tributação sobre o consumo, dentre outras questões correlatas. 	
Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)	
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - CNOSEN, Sijbren. A VAT Primer for Lawyers, Economists, and Accountants. Tax Analysts, 2011, pp. 23-51. - ENGLISCH, Joachim. VAT/GST and Direct Taxes: Different Purposes. In: M. Lang, P. Melz, e. Kristoffersson, VALUE Added Tax and Direct Taxation: Similarities and Differences. Amsterdam: IBFD, 2009. Online Book (15 pags.) - KEEN, Michael. VAT, Tariffs, and Withholding: Border Taxes and Informality in Developing Countries. IMF Working Papers, July 2007, pp. 3-22. - SAMPAIO, Maria da Conceição. Tributação do consumo no Brasil: aspectos teóricos e aplicados. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. (Org.) Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, pp. 188-205. - MUSGRAVE, Peggy. International Aspects of Value Added Taxes. VAT Monitor. IBFD, may/june 2001, pp. 105-119. - TERRA, Ben. VAT: The case of value added tax in the European Union. Hoorn: Ben Terra, 2017, pp. 3-22. - TAIT, Alan A. Value Added Tax. International Practice and Problems. International Monetary Fund. 1988 (reimpressão, com revisão, em novembro de 2001), p. 3-38. 	
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none"> - SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 51-66; 152-153; 616-617. - BORGES, José Souto Maior. O imposto sobre valor acrescido (IVA). In: Luís Eduardo Schoueri, Direito tributário - homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 344-350. - COSTA, Alcides Jorge. ICM na Constituição e na Lei complementar. São Paulo: Resenha Tributária, 1979, pp. 5-37. - DUE, John F. Sales Taxation. London: Routledge & Kegan Paul, 1957, 	

pp. 30–48; 351-367.

- SENTSOVA, Marina. VAT and Direct Taxes: How to distinguish. In: M. Lang, P. Melz; E. Kristoffersson (eds.), **Value Added Tax and Direct Taxation: Similarities and Differences**. Amsterdam: IBDF, 2009. Online book.
- TERRA, Bem. **VAT: The case of value added tax in the European Union**. Hoorn: Ben Terra, 2017, pp. 23-38.
- VIMERCATE, Paolo de'Capitani di. VAT/GST and Direct Taxes: How can We Distinguish Them? In: M. Lang, P. Melz; E. Kristoffersson (eds.), **Value Added Tax and Direct Taxation: Similarities and Differences**. Amsterdam: IBDF, 2009. Online book.
-

AULA 3	TEMA DA AULA: A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NO BRASIL	09.04.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• A federação e as múltiplas competências.• As sobreposições e o papel da lei complementar.• Princípios da origem e do destino no cenário doméstico e internacional.• Exportação de serviços.• Importação de bens e o IPI.• Princípio da não-cumulatividade mitigado.	
Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)	
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">- COSTA, Alcides Jorge. ICM na Constituição e na Lei complementar. São Paulo: Resenha Tributária, 1979, pp. 5-37. (33 p.)- DERZI, Misabel Abreu Machado. Distorções do Princípio da Não-Cumulatividade no ICMS – Comparação com o IVA Europeu. In: COELHO, Sacha Calmon Navarro; et. al. (coord.). Temas de Direito Tributário - I Congresso Nacional da Associação Brasileira de Direito Tributário, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, pp. 107–151. (45 p.)- DERZI, Misabel Abreu Machado. Aspectos essenciais do ICMS como imposto de mercado. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; ZILVETTI, Fernando Aurélio (coord.). Direito Tributário - estudos em homenagem a Brandão Machado. São Paulo: Dialética, 1998, pp. 116-142.- GRECO, Marco Aurélio. Conceito de insumos à luz da legislação de PIS/Cofins. Revista Fórum de Direito Tributário. Ano 6, n. 34, jul-	

Leitura complementar

- ago 2008. (10 p.)
- ROCHA, Paulo Victor Vieira da. The Exportation of Services from Brazil: Different Taxes, Same Justifications and the Need for Consistency. In: Luís Eduardo Schoueri, Luís Flávio Neto, Rodrigo Maito da Silveira, **Anais – VIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional: Novos Paradigmas da Tributação e a COVID-19, 16, 17, 18 de setembro de 2020 em São Paulo**. São Paulo: IBDT, 2020, pp. 346-353. (8 p.)
 - TORRES, Ricardo Lobo. “É possível a criação do IVA no Brasil?”, **Revista Fórum de Direito Tributário (15/9)**, 2005. (16 p.)
 - STF, RE 946.648, Redator do Acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 24.8.2020, 29-42; 76-87 (votos dos Ministros Moraes e Fachin, respectivamente) (25 p.)
 - COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Conflito de competência do ICMS x ISSQN. Industrialização por encomenda sob a ótica do reconhecimento da repercussão geral pelo STF. In: **TEIXEIRA, Alexandre Alkmim; BREYNER, Frederico Menezes; LOBATO, Valter de Souza (Org.). Os repetitivos e súmulas do STF e STJ em matéria tributária (distinguishing e overruling)**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. p. 401-423.
 - CONTI, José Maurício. Federalismo fiscal e reforma tributária: utopia ou realidade. In: **SCHOUERI, Luís Eduardo (org.). Direito tributário - homenagem a Paulo de Barros Carvalho**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 907-915.
 - COSTA, Alcides Jorge. Algumas idéias sobre uma Reforma do Sistema Tributário Brasileiro. **Direito Tributário Atual, vols.7/8** São Paulo: Resenha Tributária/IBDT, 1987/88, pp. 1733-1768. (32 p.)
 - MACHADO, Hugo de Brito. A não cumulatividade do ICMS e o conceito de insumo. **Juris Plenum, v. 14, n. 80**, p. 123-132, 2018.
 - ROCHA, Paulo Victor Vieira da. Aspectos constitucionais da não cumulatividade dos tributos no Brasil. **Revista direito tributário atual (27/520)**, 2012. (21 p.)
 - TORRES, Heleno Taveira. O IVA na Experiência Estrangeira e a Tributação das Exportações no Direito Brasileiro, **Revista Fórum de Direito Tributário (16/43)**. Jul./ago., 2005. (20 p.)
 - SCHOUERI, Luís Eduardo; VIANNA, Matheus Cherulli Alcantara. O termo “insumos” na legislação das contribuições sociais ao PIS/PASEP e à Cofins. In: **Marcelo Magalhães Peixoto e Gilberto de Castro Moreira Jr. (coords.), PIS/Cofins à Luza da Jurisprudência do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. São Paulo:

MP, 2011, pp. 405-425. (21 p.)

AULA 4	TEMA DA AULA: A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NA UNIÃO EUROPEIA (O IVA EUROPEU) - PARTE 1	23.04.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none">• A origem e os fundamentos do sistema de tributação sobre o valor agregado adotado de forma harmonizada pela União Europeia.• Análise das principais características (incidência, crédito, sujeição passiva e ativa) do IVA Europeu.• Princípios da origem e destino• Aproximações e distanciamentos do modelo de tributação sobre o consumo brasileiro.	
Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)	
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none">- BILL, Stephen. Harmonization of Indirect Taxes in Europe. In: Ana Paula Dourado et. al., Planejamento e Concorrência Fiscal Internacional. Portugal: Fisco, pp. 27-35.- MILLAR, Rebecca. Echoes of Source and Residence in VAT Jurisdictional Rules. In: M. Lang, P. Melz; E. Kristoffersson (eds.), Value Added Tax and Direct Taxation: Similarities and Differences. Amsterdam: IBDF, 2009. Online book. (45 p.)- SCHENK, Alan; OLDMAN, Oliver. Methods of Calculating VAT Liability. In: _____. Value Added Tax: A Comparative Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 38-46.- TERRA, Ben. VAT: The case of value added tax in the European Union. Hoorn: Ben Terra, 2017, pp. 33-52.	
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none">- BORGES, José Souto Maior. O imposto sobre o valor acrescentado. In: SCHOUERI, Luís Eduardo (org.). Direito tributário: homenagem a Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 343-350.- COSTA, Alcides Jorge. ICM na Constituição e na Lei complementar, São Paulo: Resenha Tributária, 1979, pp. 39-49.	
AULA 5	TEMA DA AULA: A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NA UNIÃO EUROPEIA (O IVA EUROPEU) - PARTE 2	14.05.2021
Temas	<ul style="list-style-type: none">• A harmonização europeia do VAT (Diretivas) e suas principais	

abordados	<p>características.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os impactos da economia digital: Estudo do IVA Europeu e das possíveis reformas que o sistema europeu poderá passar em razão da economia digital. • Comparação com os problemas brasileiros relacionados à economia digital.
Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - TERRA, Ben. VAT: The case of value added tax in the European Union. Hoorn: Ben Terra, 2017, pp. 55-132. (78 p.) - LEJEUNE, Ine. The VAT Experience: What are the Lessons? The VAT Reader – What a Federal Consumption Tax Would Mean for America. Tax Analyst (2011/257). (25 p.) - KOLOZS, Borbára. Neutrality in VAT. In: LANG, Michael; MELZ, Peter & KRISTOFFERSON, Eleonor (coords.). Value added tax and direct taxation: similarities and differences, Amsterdam: IBFD, 2009. p. 201-212. (12 p.) - TORRES, Ricardo Lobo. O Princípio da Não-Cumulatividade e o IVA no Direito Comparado. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). Série Pesquisa Tributárias, nº 10. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. pp.139-170. (31 p.)
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none"> - LEJEUNE, Ine; CLAESSENS, Sophie. Conclusions: The Future of VAT in a Digital Global Economy – Innovation versus Taxation. In: Michael Lang; Ine Lejeune (eds.), VAT/GST in a Global Digital Economy. The Hague: Kluwer, 2015, pp. 197-218. (22 p.) - HENKOW, Oskar. VAT and Virtual Reality: How Should Cryptocurrencies Be Treated for VAT Purposes. Michael Lang; Ine Lejeune (eds.), VAT/GST in a Global Digital Economy. The Hague: Kluwer, 2015, pp. 45-58. (14 p.)

AULA 6	TEMA DA AULA: A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NA AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA (GOODS AND SERVICES TAXES - GST)	28.05.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • A origem e os fundamentos do sistema de tributação sobre o valor agregado adotado na Austrália e Nova Zelândia. • Análise das principais características (incidência, crédito, sujeição passiva e ativa) do GST da Austrália e Nova Zelândia. 	

Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - MILLAR, Rebecca. Chapter 4. Smoke and Mirrors: Applying the Full Taxations Model to Government under the Australian and New Zeland GST Laws. Rita de la Feria (ed.), VAT Exemptions: Consequences and Alternatives. The Hague: Kluwer, 2013, pp. 135-174. (30 p.) - VAT Expert Group. 3rd Meeting. VEGNO 009. In: VAT treatment of Public Bodies and VAT Exemptions in the public interest. Taxud.c.1 (2013)36256 (Brussels, 10.1.2013) (14p.)
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none"> - GENDRON, Pierre-Pascal. VAT Treatment of Nonprofits and Public-Sector Entities. The VAT Reader – Tax Analyst (2011/239). (9 p.)

AULA 7	TEMA DA AULA : Os problemas do ICMS no Brasil	11.06.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Guerra fiscal. • O papel dos convênios, para além da guerra fiscal. • A substituição tributária 	
Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)	
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira	
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - ÁVILA, Humberto. Parecer. ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias – ICMS. Substituição tributária. Base de cálculo. Pauta fiscal. Preço máximo ao consumidor final. Diferença constante entre o preço usualmente praticado e o preço constante da pauta ou o preço máximo ao consumidor sugerido pelo fabricante. Exame de constitucionalidade. Revista dialética de direito tributário (123/122), 2005. - COSTA, Alcides Jorge. Isenções de ICM. In: Ricardo Mariz de Oliveira, Sérgio de Freitas Costa (coord.), Diálogos Póstumos com Alcides Jorge Costa. São Paulo: IBDT, 2017, pp. 240-250. - COSTA, Alcices Jorge. ICMS – aquisição de mercadorias ou certos serviços e créditos contra do Estado. In: Ricardo Mariz de Oliveira, Sérgio de Freitas Costa (coord.), Diálogos Póstumos com Alcides Jorge Costa. São Paulo: IBDT, 2017, pp.131-134. - GRECO, Marco Aurelio. Substituição tributária (antecipação do fato 	

Leitura complementar

- gerador**). 2ª ed. São Paulo: 2000, pp. 70-84, 100-126.
- ROCHA, Paulo Victor Vieira da. O fato gerador presumido na substituição tributária “para frente” e o sentido de sua não ocorrência: uma guinada na interpretação constitucional reconstruída metodologicamente pelo controle de proporcionalidade. In: **Leonardo Buissa, Simon Riemann Costa e Silva, Rafael Lara Martins, Direito e Finanças Públicas nos 30 anos da Constituição: Experiências e desafios nos campos do Direito Tributário e Financeiro**. Florianópolis, Tirant Blanch, 2018, pp. 201-228.
 - ROCHA, Paulo Victor Vieira da. A substituição tributária no ICMS: problemas (não) resolvidos pelo RE 593.849. In: **Eurípedes Gomes Faim Filho, Mônica Almeida Magalhães Serrano (coords.), ICMS e ISS: Pontos em comum e questões relevantes discutidas na jurisprudência**. São Paulo: IPAM, 2019, pp. 244-267.
 - COSTA, Alcides Jorge. Parecer. ICMS e substituição tributária. **Revista dialética de direito tributário (2/70)**, 1995.
 - COSTA, Alcides Jorge. ICMS – substituição tributária – base de cálculo – vendas porta-a-porta. In: **Alcides Jorge Costa, Estudos de IPI, ICMS e ISS**. São Paulo: Dialética, 2009, pp. 47-53.
 - MOREIRA, André Mendes; DERZI, Misabel Abreu Machado. Presunções e ficções na tributação: limites entre a substituição tributária progressiva e as pautas fiscais. In: PARISI, Fernanda Drummond; TÔRRES, Heleno Taveira; MELO, José Eduardo Soares de. (Org.). **Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Professor Roque Carrazza**. 1ed. v. 2. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 293-320.
 - ROCHA, Paulo Victor Vieira da. Comentários a Alcides Jorge Costa, ICM – Substituição tributária – responsabilidade e recolhimento por operações ainda não realizadas. In: **Ricardo Mariz de Oliveira, Sérgio de Freitas Costa (coord.), Diálogos Póstumos com Alcides Jorge Costa**. São Paulo: IBDT, 2017, pp. 118-130.

AULA 8	TEMA DA AULA : A Reforma da Tributação do Consumo na Índia: um modelo a ser seguido?	25.06.2021
Temas abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma Tributária • Tributação do Consumo • Direito Comparado 	

Metodologia	Seminário (discussões sobre os textos e problemas)
Professores Responsáveis	Paulo Victor Vieira da Rocha e Roberto Codorniz Leite Pereira
Leitura obrigatória	<ul style="list-style-type: none"> - BAL, A.M. Landmark Tax Reform: Introduction of Goods and Services Tax in India. International VAT Monitor, v. 27, n. 6, 2016. - GARG, Girish. Basic Concepts and Features of Good and Service Tax In India. International Journal of scientific research and management, v. 02, n. 02, 2014. Disponível em: <http://www.bikashtutorials.com/uploaded_files/catalogpdf/BASIC_CONCEPTnkYC.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018. - RAO, Govinda M. Tax Reform in India: Achievements and Challenges. Asia-Pacific Development Journal, v. 07, n. 02, 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Govinda_Rao/publication/254388312_Tax_reform_in_India_Achievements_and_challenges/links/0a85e5355eea0a5d45000000/Tax-reform-in-India-Achievements-and-challenges.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018. - SEBASTIAN, J. India's Goods and Services Tax: Salient Features and Post-Implementation Issues. International VAT Monitor, v. 29, n. 02, 2018. - WAGH, S. The Taxation of Digital Transactions in India: The New Equalization Levy. Bulletin for International Taxation, v. 70, n. 09, 2016.
Leitura complementar	<ul style="list-style-type: none"> - KRISHNAMURTHY, V. India's GST Law and Its Input Tax Mechanism: A Commentary. International VAT Monitor, v. 28, n. 6, 2017. - NAYYAR, Anand; SINGH, Inderpal. A Comprehensive Analysis of Goods and Services Tax (GST) in India. Indian Journal of Finance, v. 12, n. 02, p. 58-73, 2018.

PROFESSORES

Professor Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha

Professor do Programa de Mestrado em Direito Tributário Internacional do IBDT. Coordenador do Programa de Especialização em Direito Tributário do IBDT. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. Pesquisador em Pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Advogado.

Contatos:

Professor Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira

Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP..

Contatos:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 277

9º andar

Centro – São Paulo / SP

CEP: 01317-000

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

E-mail: secretaria@ibdt.org.br e andrea.cursos@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antonio, 290 7º andar cj. 71/72 e 75 a 78

Site: <https://ibdt.org.br/site/biblioteca/>

Horário de Atendimento: 9h às 18hs

Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br

Covid-19

A Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira (Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290, 7º andar) está funcionando, provisoriamente, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h. Para que evitemos aglomerações, há necessidade de agendamento da visita pelo e-mail: biblioteca2@ibdt.org.br. Dúvidas sobre o funcionamento da biblioteca podem ser esclarecidas pelo e-mail: biblioteca@ibdt.org.br.

Aulas online

O IBDT tem acompanhado as previsões das autoridades de saúde cotidianamente, e pretende voltar ao modelo presencial quando for possível zelar pela segurança e saúde de discentes, docentes, funcionários e colaboradores. Por enquanto as aulas seguem em formato online.